



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 593/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1494/2015 (02 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Ulisses Tapajós Neto, Gestor do Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD/MA – Relatório Conclusivo nº 38/2015 (fls. 245/263).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 298/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 265/268).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Recomendação à Origem. Quitação. Notificação ao Interessado. Determinação à DICAD/MA.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas, a Prestação de Contas do Sr. **Ulisses Tapajós Neto**, responsável pelo Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos, exercício 2014;

9.2- Recomendar à origem que adote medidas eficazes no sentido de que haja efetivo controle da legalidade dos softwares adquiridos;

9.3- Dar quitação ao Sr. **Ulisses Tapajós Neto** nos termos do art. 24, da Lei nº 2.423/96;

9.4- Notificar a parte interessada acerca do desfecho concedido a estes autos;

9.5- Determinar à DICAD/MA que verifique, nas próximas inspeções, se há servidores da SUBTI participando de comissões de recebimento e validação (item 1.2, subitem “b”, do Relatório Conclusivo nº 38/2015 – DICAD-MA).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 593/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 06 de Julho de 2016.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

11.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral